



RESIDÊNCIAS ACADÊMICAS EM ATHIS E O PROGRAMA PERIFERIA VIVA

Samuel Steiner dos Santos

Universidade Federal de Santa Catarina | samuel.steiner@ufsc.br

Flávio Tavares Brasileiro

Ministério das Cidades | flavio.tavares@cidades.gov.br

Resumo geral:

Em 2024, cinco universidades públicas federais do país estruturaram propostas de Residências Acadêmicas em Assistência e Assessoria Técnica a partir de uma articulação com o Programa Periferia Viva, da Secretaria Nacional das Periferias - MCidades: Residência em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia - Especialização em Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade da Universidade Federal da Bahia - RAU+E/UFBA; Especialização em Assistência Técnica em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia - ATAU+E, da Universidade Federal da Paraíba; Residência Multiprofissional CTS - Habitat, Agroecologia, Saúde Ecosistêmica e Economia Solidária, da Universidade de Brasília; Residência Multiprofissional em Assistência Técnica para Habitação e Direito à Cidade - HabCidade, da Universidade Federal de Sergipe e Residência em Arquitetura e Urbanismo - ATHIS/UFSC, da Universidade Federal de Santa Catarina.

Tendo a referência da UFBA, cuja primeira edição remonta ao ano de 2013, as Residências Acadêmicas estão atualmente estruturadas como Cursos de Especialização cujo componente pedagógico central é a vinculação com territórios populares, periféricos, margens urbanas, em atuação direta junto às coletividades, movimentos sociais e moradoras/es. Sua emergência se ancorou na Lei Federal 11.888/2008, Lei de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS), tendo como horizonte a configuração e inserção em um Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - aos moldes da relação entre as Residências Médicas e o Sistema Único de Saúde (GORDILHO SOUZA, 2011).

O Programa Periferia Viva, elaborado pela Secretaria Nacional de Periferias (SNP) do Ministério das Cidades, por sua vez, coloca como centralidade a articulação de ações e investimentos públicos nas periferias brasileiras, objetivando reduzir as desigualdades socioterritoriais a partir da integração de políticas públicas nos territórios periféricos, do fortalecimento do protagonismo da população local no processo decisório das intervenções, e da promoção das potencialidades das periferias brasileiras. Por meio do Programa Periferia Viva, a Secretaria Nacional das Periferias demarca uma *"inovação institucional histórica na*

agenda da política urbana e na busca pela redução das desigualdades socioespaciais no Brasil" (TAVARES; SIMÕES, 2024), estabelecendo um recorte territorial de atuação - as periferias urbanas - e investe em uma abordagem que vai além daquela historicamente pautada em carências e problemas (ROSA, 2009), chamando a atenção das políticas públicas para dimensões culturais, práticas coletivas, dinâmicas organizativas que vêm, cotidianamente, construindo estas formas sociais urbanas.

O arranjo institucional entre as residências acadêmicas e o Programa Periferia Viva foi viabilizado pela formalização de Termos de Execução Descentralizados tendo como objetivo *"promover Assessoria Técnica multidisciplinar, a partir de uma metodologia participativa e integrada, com a finalidade de desenvolver o Plano de Ação Periferia Viva"*. Neste sentido, cada residência ficou responsável por escolher um território periférico e estruturar suas propostas pedagógicas, a partir de um delineamento geral definido pela SNP.

Na confluência de interesses de atuação junto aos territórios populares, a composição entre Residências e SNP trouxe importantes inovações, como a necessidade de elaboração de um plano de ação integrado para as comunidades, e a implantação de um Posto Territorial, espaço físico destinado a servir como apoio local para as ações de mobilização, participação e articulação entre Assessoria Técnica e comunidade.

Este arranjo, ao mesmo tempo em que possibilita a experimentação de práticas pedagógicas a partir da oferta de percursos de formação profissional articuladas às realidades dos territórios populares, busca a constituição de políticas públicas que permitam atuar de modo multidimensional, por meio da valorização e fortalecimento da organização social e comunitária, retomada de obras de infraestrutura urbana e integração de políticas públicas com ênfase nas dinâmicas e necessidades situadas de cada território.

Nesse sentido, a presente proposta de sessão livre pretende proporcionar um espaço de diálogo entre as experiências empreendidas pelas residências acadêmicas na implantação de seus postos territoriais, considerando as diferentes realidades institucionais, propostas pedagógicas e especificidades dos territórios de atuação. Esta proposta de Sessão Livre está alinhada ao tema geral XXI ENANPUR, qual seja *"Ideias, políticas e práticas em Territorialidades do Sul Global"*, bem como colabora no fortalecimento do movimento iniciado nos últimos encontros de ampliação de espaços para a reflexão e intercâmbio de experiências que integram pesquisa e extensão em ações da pós-graduação. No presente encontro este tema encontra-se muito bem representado pela sessão temática 12, cujo o título *"Assessoria Técnica Territorial e Extensão Universitária"*, evidencia uma preocupação de viabilizar espaços qualificados para a interlocução de experiências, estudos e ações que redirecionam os sentidos da formação acadêmica e profissional, na medida em que permitem maior difusão de práticas e conhecimentos construídos da integração entre saberes acadêmicos e populares.

A RESIDÊNCIA AU+E/UFBA E O PLANO DE AÇÃO PERIFERIA VIVA NA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR

Thaís Troncon Rosa

Universidade Federal da Bahia | thais.troncon@ufba.br

Sanane Santos Sampaio

Universidade Federal da Bahia | ssampaio@ufba.br

Daniel Marostegan Carneiro

Universidade Federal da Bahia | dcarneiro@ufba.br

A Residência em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia da Universidade Federal da Bahia (RAU+E/UFBA), acumula experiências e realizações nos dez anos de sua implementação, ao passo que persistem os desafios frente à sua efetiva institucionalização no âmbito da UFBA. A articulação junto à Secretaria das Periferias se estabeleceu oportunamente num momento de consolidação e reconfigurações no âmbito da RAU+E, em diálogo também com renovados horizontes institucionais da FAUFBA.

Esta comunicação pretende refletir sobre este momento e seus desafios, tomando como foco o Projeto “Plano de Ação Periferia Viva na Região Metropolitana de Salvador”, iniciado em abril/2024. Trata-se de processo em ato, e dotá-lo de reflexividade, em diálogo com as experiências em curso em outras quatro Residências, mostra-se profícuo, especialmente considerando que teremos mais de doze meses de trabalhos e reflexões acumuladas. Mais especificamente, pretendemos nos debruçar sobre os modos de operação estabelecidos na dobra entre o andamento da 5ª edição do Curso, iniciado em agosto de 2023 e finalizado em agosto de 2024, com equipes de residentes atuando junto a quatro territórios populares, e a elaboração do Plano de Ação, com enfoque na incidência em apenas um território periférico, e que deverá atravessar também a 6ª edição do Curso, aportando possibilidades e desafios bastante novos a esta Residência já consolidada.

No âmbito da RAU+E/UFBA, está-se elaborando o Plano Periferia Viva nas ocupações Alto da Conquista e Marielle Franco, no município de Simões Filho, vinculadas ao Movimento Sem Teto da Bahia (MSTB). A partir das leituras, diretrizes e estudos que compõem esse Plano, se configura a etapa dos Projetos de Urbanização, avançando na experimentação de metodologias que privilegiem o envolvimento de moradoras/es nos processos de elaboração, acompanhamento e monitoramento dos projetos. De forma transversal, acontecem Ações Táticas, não apenas articuladas a essas Ocupações, mas também em outros dois territórios de atuação da RAU+E, no bairro do Uruguai e na Ocupação Trobogy, como proposta para fazer cruzar, de forma mais ampla, esta articulação com a Secretaria das Periferias e a dinâmica de trabalho da Residência, que historicamente atua em mais de um território.

Pretendemos apresentar as estratégias de articulação institucional em diversas esferas e escalas, sem as quais a elaboração experimental deste Plano, através da universidade pública, não seria possível. Buscaremos focar os desafios deste processo relacionados ao entrelaçamento entre equipes internas e externas à universidade, aí incluídas/os as/os

moradoras/es das ocupações, através da configuração de um grupo gestor e de agentes comunitárias.

ESPECIALIZAÇÃO EM ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM ARQUITETURA, URBANISMO E ENGENHARIA - ATAU+E/UFPB: COMUNIDADE DO ARATU

Daniel Paulo de Andrade Silva

Universidade Federal da Paraíba | daniel.andrade@academico.ufpb.br

Amélia de Farias Panet

Universidade Federal da Paraíba | ameliapanetbarros@gmail.com

O curso de Especialização em Assistência Técnica em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia (ATAU+E) da UFPB, fundamentado na Lei Nº 11.888/2008 (ATHIS), busca ampliar o conceito de habitabilidade, abordando não apenas habitações, mas também espaços coletivos e públicos. Desde sua criação (2020-2022), promove uma visão multidisciplinar para compreender a cidade contemporânea e os territórios periféricos, considerando aspectos sociais, estruturas de poder e impactos ambientais, em prol do direito à cidade e da habitação de qualidade. Em 2024, a ATAU+E e a UFPB firmaram um Termo de Execução Descentralizada (TED) com o Ministério das Cidades, por meio da Secretaria Nacional de Periferias, no âmbito do Programa Periferia Viva. O programa visa promover participação social, integração de políticas públicas e valorização territorial, abrangendo urbanização de favelas, melhorias habitacionais, prevenção de riscos e prêmios para iniciativas populares. A parceria fortalece a formação de especialistas da ATAU+E, contribuindo para a urbanização de territórios vulneráveis e a qualificação técnica em assistência social. O curso ATAU+E atua na Comunidade do Aratu, em Mangabeira VIII, João Pessoa (PB), habitada por cerca de 3.800 famílias em mais de 60 hectares. A área, ocupada informalmente desde 2005, pertence parcialmente à Cehap (Companhia Estadual de Habitação Popular do Estado da Paraíba) e à Embrapa, e enfrenta precariedade em infraestrutura básica e ameaça de reintegração de posse. O território de estudo abrange as habitações, espaços urbanos e elementos naturais da região. O curso e seus componentes curriculares alinham-se aos objetivos do Programa, com destaque para a organização participativa, implantação do posto territorial e execução de ações no território. O posto territorial será um espaço de interação entre universidade e comunidade, promovendo trocas de saberes e fomentando transformações socioeconômicas e reforçando o papel da universidade na mudança social e no desenvolvimento sustentável e equitativo. Atualmente, o posto territorial encontra-se em estágio de negociação do terreno para implantação. A comunidade do Aratu, apesar de não apresentar regularização fundiária e ainda não totalmente adensada, apresenta a grande maioria dos terrenos cercados, mesmo que ainda não ocupados. O desafio atual da ATAU+E, portanto, centra-se na identificação do responsável pela ocupação e negociação para que o posto territorial seja implantado. Esta negociação servirá também de molde para as futuras negociações, nas quais serão

demandadas áreas para equipamentos públicos como praças, posto de saúde, escolas, entre outros. As lideranças comunitárias estão participando e acompanhando o processo de identificação do terreno e dos responsáveis pela ocupação.

RESIDÊNCIA CTS NO PROGRAMA PERIFERIA VIVA: ASSESSORIA SOCIOTÉCNICA NA ARIS DOROTHY STANG - UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Cristiane Guinancio

Universidade de Brasília | cristiane-g@uol.com.br

Liza Maria de Souza Andrade

Universidade de Brasília | lizamsa@gmail.com

As ações do projeto "Residência CTS no Programa Periferia Viva: assessoria sociotécnica na ARIS Dorothy Stang" se realizam por meio da interação entre gestão pública, academia e comunidade, articulando conhecimento acadêmico e expertise governamental para enfrentar fragilidades, necessidades e demandas identificadas no território. Tendo como prioridade o fortalecimento da autonomia da comunidade envolvida, as atividades realizadas são resultado do Plano de Ação, elaborado por meio de processo participativo.

A FAU/UnB atua no território desde 2017, por meio de trabalhos de pesquisa e extensão com o Laboratório Periférico, o Escritório Modelo em Arquitetura e Urbanismo - EMAU CASAS, o Laboratório ATHOS - Assessoria Técnica para o Habitar de Origem Social, o que facilitou a inserção do Programa Periferia Viva.

No âmbito do programa, o Posto Territorial foi planejado como um elemento de promoção de vínculos e fortalecimento do tecido social local. É um espaço onde as equipes técnicas realizam atendimento diário, com intuito de fortalecer a interação com a comunidade, a escuta de demandas e o compartilhamento permanente dos projetos e ações em andamento.

Como o funcionamento do Posto Territorial pressupõe a atuação conjunta entre equipe técnica e comunidade, foi organizada a instância participativa, o Comitê Gestor Local, por meio da identificação e análise de organizações populares locais. O Comitê encontra-se plenamente atuante, participando da elaboração dos planos e projetos, assim como assumindo o protagonismo na articulação com a comunidade local.

Em face da inexistência de estabelecimento institucional ou outra edificação que pudesse acolher a implantação imediata do Posto Territorial no momento da chegada do Programa Periferia Viva na comunidade, foi estabelecido, inicialmente, por meio de aluguel de um contêiner/ escritório. As interações com o Comitê Gestor apontaram para a sua instalação no espaço destinado à construção da futura Plenária, o centro social da comunidade, cujos projeto e planejamento das obras estão sendo realizados por meio de processo participativo.

A conclusão da primeira parte da nova edificação permitirá a transferência do Posto Territorial, que assumirá caráter permanente, fortalecendo o protagonismo da comunidade.

A instalação do contêiner integrou o marco da chegada do programa na localidade, como parte de uma expressiva Ação Tática que incluiu a preparação do terreno, ajardinamento, e a construção, por meio de mutirão, de uma cobertura transitória para o acolhimento de atividades comunitárias. Essas ações colaboraram igualmente para o fortalecimento desse referencial de pertencimento da comunidade.

HABCIDADE + PROGRAMA PERIFERIA VIVA: POVOADO SALINAS/SE

Maria Cecília Pereira Tavares

Universidade Federal de Sergipe | mctavares@academico.ufs.br

Márcio da Costa Pereira

Universidade Federal de Sergipe | marcio.cp@academico.ufs.br

A Residência Multiprofissional em Assistência Técnica para Habitação e Direito à Cidade (HabCidade) vinculado ao Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Sergipe (UFS) tem seu início em fevereiro de 2024 com o objetivo de fortalecer e estruturar a formação e capacitação profissional voltado a ATHIS.

O curso busca incentivar o sentido colaborativo da atuação de pessoas, fortalecendo a horizontalidade entre o profissional e o morador das comunidades atendidas.

A integração do curso com o Programa Periferia Viva veio potencializar este processo através da estruturação do plano de Ação Periferia Viva que está sendo desenvolvido coletivamente pelos integrantes da turma do curso de residência e pela população envolvida. Com uma sólida estrutura metodológica, o programa veio fortalecer de forma pioneira a aproximação e o engajamento dos cursos de Residência em Universidades Públicas das áreas informais e das populações vulneráveis que são apartadas pelos muros das cidades universitárias.

Com duração de 18 meses a Residência possui uma carga horária total de 1350h, sendo que 62% são atividades práticas e 8% dedicadas para o Trabalho de Conclusão de Residência (TCR) ambas integradas ao plano de Ação Periferia Viva.

No povoado Salinas I e II (Laranjeiras /SE), além da insegurança, os moradores sofrem com a falta de abastecimento de água, coleta de esgoto e arborização.

O posto territorial implantado na comunidade, está organizado em três espaços que articulam e simbolizam o plano de ação: o espaço da mobilização e das assembleias (a tenda), o espaço da manifestação e da disseminação da cultura (a casinha) e o espaço da produção técnica e da comunicação comunitária (o trailer + rádio comunitária). Tem papel fundamental como referência para os moradores desta comunidade que desconhecem o papel do estado no atendimento às demandas locais e à participação cidadã. Viabilizando e sediando as ações

táticas o posto territorial deixa um legado seja material ou imaterial, que oportuniza o sentido de pertencimento, a autoestima e a identificação de lideranças comunitárias, necessários para o desenvolvimento de novas ações na comunidade.

Desta forma, o programa periferia viva tem o ambiente adequado para implementação do plano de ação: organização do processo participativo, leitura técnico comunitária, planejamento da estratégia de ação, adequação e elaboração de projetos, arranjo institucional e ações táticas.

O envolvimento dos agentes públicos na elaboração de um arranjo institucional que pactue com a prefeitura municipal, sociedade civil e universidade, alavancará o processo de revisão do papel da administração pública, principalmente nas pequenas cidades.

RESIDÊNCIA EM ARQUITETURA E URBANISMO - ATHIS/UFSC E PERIFERIA VIVA: COMUNIDADE FREI DAMIÃO NA GRANDE FLORIANÓPOLIS

Samuel Steiner dos Santos

Universidade Federal de Santa Catarina | samuel.steiner@ufsc.br

Ricardo Socas Wiese

Universidade Federal de Santa Catarina | ricardo.sw@ufsc.br

Soraya Nó

Universidade Federal de Santa Catarina | soraya.nor@ufsc.br

Voltado para profissionais de Arquitetura e Urbanismo, Engenharia e Geografia, o Curso de Especialização Residência ATHIS/UFSC tem como território de atuação a Comunidade do Frei Damião, com a implantação do posto territorial ainda no mês de março de 2024.

O curso organiza-se sob regime de alternância, com tempos/espacos distintos de estudo coletivo, estudo individual e reflexão/aplicação dos conteúdos trabalhados, assim denominados como Tempo Universidade (TU, aulas teóricas) e Tempo Comunidade (TC, atividades práticas). As disciplinas são ministradas em dois semestres letivos, compostos por disciplinas obrigatórias, realizadas às sextas e sábados, entre março e dezembro de 2024, que totalizam 480 horas, sendo a carga horária teórica de 390 horas e a carga horária prática de 90 horas, complementadas por 495 horas de atividades práticas, nas quais os 20 residentes bolsistas participam de atividades de ateliê e de campo no Posto Territorial.

Com início em março de 2024, é estruturado na participação ativa dos residentes bolsistas na elaboração do Plano Periferia Viva, promovendo a formação profissional pautada na atuação direta na comunidade Frei Damião, com cerca de 14 mil habitantes, que vivencia problemas de acesso ao trabalho formal e à renda, à segurança alimentar, à educação, à saúde, além da irregularidade jurídica de parte das ocupações. No contexto deste território, está a condição precária das moradias, caracterizadas por falta de banheiros, o uso de materiais e técnicas

construtivas inadequadas, coabitação, soluções insalubres de ventilação e insolação e insegurança.

O arranjo do curso pretende articular os conteúdos das disciplinas às ações do Plano Periferia Viva, promovendo uma estrutura que se retroalimenta. Assim, as disciplinas do curso procuram proporcionar embasamento teórico inicial para a atuação no território e as experiências com as atividades práticas na comunidade, por sua vez, retornam com importantes reflexões para a sala de aula.

A partir das experiências iniciais da Residência ATHIS/UFSC e seus entrelaces com as ações do Plano Periferia Viva, é possível refletir acerca das potencialidades e desafios enfrentados e futuros, tanto na estruturação das equipes internas, como na articulação com as entidades externas, poder público e comunidade. Desta forma, espera-se contribuir para o surgimento e estruturação de novas residências em ATHIS pelo país, em diferentes contextos, embasadas nas experiências promovidas pelo Periferia Viva e estimular a consolidação de políticas públicas que garantem a promoção da transformação social nesses territórios, espacial e socialmente, periféricos.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Liza M. S.; LEMOS, Natália da S.; LOUREIRO, Vânia R. T.; LENOIR, Juliette A.F. "Extensão e Tecnociência Solidária: Periférico no DF e entorno". Cadernos de Arquitetura e Urbanismo. Belo Horizonte: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, v. 26, n. 38, pp. 189-234.

ANDRADE, Liza M. S. de; NEDER, Ricardo T.; TOSTES, Simone. P.; SILVA, Ana Luísa A.; WIESINIESKI, Lívia B.; PAZOS, Valmor C. (Orgs.). Residência em Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS): habitat, agroecologia, economia solidária e saúde ecossistêmica: integrando pós-graduação e extensão. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2022.

CARNEIRO, Daniel Marostegan e. Zonas de tensão: o arranjo extensionista como prática de ensino para outras formas do ofício em arquitetura e urbanismo. Tese (doutorado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021.

DAGNINO, Renato. Tecnociência Solidária: um manual estratégico. Marília: Lutas Anticapital, 2019.

FREIRE, Ana M. A. Notas explicativas. In: FREIRE, Paulo (Org.). Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

GORDILHO-SOUZA, Angela. Proposta de Curso de Especialização em Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade – Implantação de Residência Profissional em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia. Manuscrito apresentado ao PPGAU-FAUFBA, Salvador, março de 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Brasileiro de 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

MARGEAR; MSTB - Movimento Sem Teto da Bahia. Cartilha Memórias de luta, memórias em luta: as ocupações Marielle Franco e Alto da Conquista. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2023.

NEDER, Ricardo Toledo. "Interacionismo sociotécnico e cultura de resistência em políticas de incubação de cooperativas populares: sete dimensões estratégicas em ETCP como agência, como indicadores de avaliação". Encontro Nordeste de Incubadoras de Economia Solidária (Anais). Democracia e economia solidária: impasses e oportunidades. Juazeiro do Norte, Universidade Federal do Cariri, 2016.

ROSA, Thaís Troncon. Favelas, periferias: uma reflexão sobre conceitos e dicotomias. 33º Encontro Anual da ANPOCS (Anais), Caxambu, 2009.

TAVARES, Flávio (org.). Guia do Plano de Ação: Periferia Viva. Brasília, DF: Ministério das Cidades, 2024.

TAVARES, Flávio; SIMÕES, Guilherme. "A hora de construir uma agenda comum pelas periferias brasileiras!" Teoria e Debate (online). Edição 242, março de 2024. Disponível em <https://teoriaedebate.org.br/2024/03/13/a-hora-de-construir-uma-agenda-comum-pelas-periferias-brasileiras/> (consulta 19 de maio de 2024)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. Projeto Pedagógico do Curso de Residência Multiprofissional em Assistência Técnica para Habitação e Direito à Cidade (HabCidade). RESOLUÇÃO Nº 13/2022/CONEPE, Sergipe, 2022.